

Prefeitura de Caruaru

GP - Gabinete do Prefeito

17 de Agosto de 2023

Ofício 8.049/2023

Destinatário

Bruno Henrique Silva de Oliveira

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Excelentíssimo Senhor **Bruno Henrique Silva de Oliveira** Presidente da Câmara Municipal de Caruaru - PE

Venho à presença de Vossa Excelência e dos Dignos Vereadores que compõem essa Egrégia Câmara Municipal, apresentar o Projeto de Lei em anexo que altera dispositivos da Lei Municipal nº 6.630, de 29 de dezembro de 2020 e dá outras providências

Para melhor análise da proposta, encaminho a justificativa necessária a sua apresentação, bem como solicito que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos Ilustres Vereadores.

Atenciosamente,

Rodrigo Anselmo Pinheiro Dos Santos Prefeito de Caruaru

Anexos:

1_PL_JUNTA_ADMINISTRATIVA_DE_RECURSOS_DE_INFRANCOES_JARI.pdf



MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 039/2023

Excelentíssimos (as) Senhor Presidente. Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras.

Submeto à apreciação dessa Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que "Altera dispositivos da Lei Municipal nº 6.630, de 29 de dezembro de 2020 e dá outras providências."

A propositura em comento é um pleito da categoria e faz parte da política de valorização dos servidores intrínseca à gestão Municipal.

Ressalta-se que o valor da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI não é alterado desde 2020.

É importante mencionar que cumprindo a exigência legal dos artigos 16 e 17 da LC 101/00, segue em anexo a estima de impacto orçamentário e financeiro (Anexo I), bem como a memória de cálculo do aumento proposto (Anexo II) e declaração de ordenador de despesas (Anexo-III).

Contando, desde já, com o apoio dessa Ilustre Casa de Leis, envio a presente mensagem ao tempo em que renovo protestos de grande estima e elevado apreço, aguardando a aprovação desta matéria.

RODRIGO ANSELMO RODRIGO ANSELMO PINHEIRO DOS DOS SANTOS:03957472440 Dados: 2023.08.17 12:15:32 -03'00'

RODRIGO PINHEIRO Prefeito





ANEXO I ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Arts. 16 e 17 da LRF)

Folha 1 / 3

Fls. Processo

1. TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL										
Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental (art. 16)										
x Despesa Obrigatória de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo (art. 17)										
2.	2. DESCRIÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL									
REAJUSTE NA	REMU	NERAÇÃO DO PRE	SIDE	NTE E DOS ME	MBRO	OS JUNTA ADMIN	ISTRATIV	A DE RECURS	SOS DE I	NFRAÇÕES
(JARI)										
3. CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA NO EXERCÍCIO FINANCEIRO CORRENTE										
QUANTIDADE				ESPECIF	ICAÇ	AO			VAI	LOR (R\$)
07	07 REMUNERAÇÃO								R\$	30.400,00
							VALOR	R TOTAL (R\$)	R\$	30.400,00
							VALCO	TOTAL (Ru)	140	50.100,00
4.		PROGRAMAÇÃ	(O DI	E PAGAMENTO)		5.	FONTE	DE REC	URSO
		VALOR (R\$)								
MÊS		EXERCÍCIO	EXERCÍCIO		EXERCÍCIO		X	RECURSOS	PRÓPRIOS	
		2023		2024		2025	_			
JANEIRO	R	*	R\$	6.080,00		6.080,00		l 🖂		
FEVEREIRO	R	*	R\$		R\$	6.080,00	$ \sqcup$	FUNDEB		
MARÇO ABRIL	R R	*	R\$	6.080,00	R\$ R\$	6.080,00				
MAIO	R	•	R\$ R\$	6.080,00	R\$	6.080,00			DE CDÉ	DITO
JUNHO	R		R\$	6.080,00	R\$	6.080,00	OPERAÇÃO DE		DE CKE	DITO
JULHO	R		R\$	6.080,00	R\$	6.080,00				
AGOSTO	R		R\$	6.080,00	R\$	6.080,00		RECURSOS	DE CON	VÊNIO
SETEMBRO	R		R\$	6.080,00	R\$	6.080,00] The critical DE conversion		
OUTUBRO	R	\$ 6.080,00	R\$	6.080,00	R\$	6.080,00				
NOVEMBRO	R	\$ 6.080,00	R\$	6.080,00	R\$	6.080,00		OUTRA FONTE DE REC		ECURSO
DEZEMBRO	R	\$ 6.080,00	R\$	6.080,00	R\$	6.080,00				
VALOR TOTAL	(R\$) R	\$ 30.400,00	R\$	72.960,00	R\$	72.960,00				
6. CO	OMPENS	SAÇÃO ORÇAMEI	NTÁR	IA E FINANCE	IRA /	ÍNDICE DE PESS	SOAL E IN	APACTO ORC	CAMENT	ÁRIO
		erá ser preenchido se								
		ativo (art. 17) <u>ou</u> de								
		da correspondente d								
À compensação dos efeitos financeiros da despesa criada / aumentada mediante X redução da despesa prevista na LOA 2023										
conforme proposição anexa ou aumento da receita utilização de recurso decorrente										
de superávit / saldo financeiro, disponível no balanço orçamentário na Prestação de Contas, conforme demonstrado às fls;										
x Informo que a despesa criada / aumentada ultrapassa o exercício financeiro de 2023, devendo a mesma ser consignada na(s) LOA do(s) exercício(s) seguinte(s).										
2011 do (a) exercicio (a) seguinte (a).										
Assinatura digital do titular da UO requisitante										



ANEXO II MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Folha 2 / 3

Fls. Processo

1. FINALIDADE

REAJUSTE NA REMUNERAÇÃO DO PRESIDENTE E DOS MEMBROS JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES (JARI)

2. JUSTIFICATIVA

RECOMPOSIÇÃO DO VALOR REMUNURAÇÃO DEVIDO AS PERDAS INFLACIONÁRIAS

3.	IMPACTO SOBRE AS RECEITAS CORRENTES PREVISTA							
		EXERCÍCIO 2023		EXERCÍCIO 2024		EXERCÍCIO 2025		
AUMENTO DA DESPESA	R\$	30.400,00	R\$	72.960,00	R\$	72.960,00		
RECEITA CORRENTE PROJETADA	R\$	1.318.504.000,00	R\$	1.385.005.000,00	R\$	1.454.289.000,00		
PERCENTUAL EM RELAÇÃO À RCL		0,00%		0,01%		0,01%		

4	IMP.	IMPACTO SOBRE A DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA PREVISTA							
Г	•		EXERCÍCIO	E	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO			
		2023		2024		2025			
	AUMENTO DA DESPESA	R\$	30.400,00	R\$	72.960,00	R\$	72.960,00		
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	R\$	46.916.000,00	R\$	48.441.000,00	R\$	49.895.000,00		
	PERCENTUAL EM RELAÇÃO À DCL		0,06%		0,15%		0,15%		

OBSERVAÇÕES DIVERSAS

A ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO LEVOU EM CONSIDERAÇÃO AS RECEITAS CORRENTES PREVISTAS, DEDUZIDAS AS RECEITAS DE CAPITAL.

Assinatura digital do Secretário(a) da SEFAZ



ANEXO VI DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS (Art. 16, II da LRF)

Folha 3 / 3

Fls. Processo

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

2000 (Lei de Responsabilidade	postos no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de Fiscal), que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira – LOA e é compatível com o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes
Em//	
	Assinatura digital do ordenador de despesas requisitante



PROJETO DE LEI Nº /2023

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 6.630, de 29 de dezembro de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação do Poder Legislativo o seguinte:

PROJETO DE LEI:

Art.1°. O Artigo 12 da Lei Municipal nº 6.630, de 29 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

- "Art.12 A JARI será composta pelos seguintes membros e seus respectivos suplentes:
- I. 3 (três) representantes da Autarquia de Mobilidade, Trânsito e Transporte de Caruaru – AMTTC;
- II. 2 (dois) representantes de entidades representativas da sociedade ligada à área de trânsito;
- III. 2 (dois) representantes com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade.
- § 1º A nomeação dos 7 (sete) titulares e dos respectivos suplentes será efetivada pelo chefe do poder Executivo Municipal.
- § 2º A Presidência da JARI será escolhida, dentre os membros do colegiado, pelo Chefe do poder Executivo Municipal, com direito apenas a voto de minerva.
- § 3º A Indicação para compor a JARI deverá obedecer aos critérios estabelecidos na Resolução nº 357, de 2 de agosto de 2010, do conselho Nacional de Trânsito CONTRAN." (NR)
- **Art.2º** O Artigo 15 da Lei Municipal nº 6.630, de 29 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:
 - "Art.15° Os membros da JARI terão por base de remuneração o número de reuniões efetivadas no decorrer dos julgamentos dos processos, tanto ordinárias quanto extraordinárias, na ordem de R\$ 300,00 (trezentos reais).
 - § 1º O Presidente da JARI terá a remuneração de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por sessão.
 - § 2º Serão realizadas quatro sessões ordinárias mensais.



§ 3º Apenas em situações excepcionais, devidamente justificadas, serão convocadas reuniões extraordinárias, mediante prévia autorização do Presidente da Autarquia de Mobilidade, Trânsito e Transporte de Caruaru - AMTTC.

§ 4º Na falta dos membros titulares, convocar-se-ão os respectivos suplentes que receberão a remuneração pela reunião realizada.

§ 5° Os membros da JARI não adquirem, ao término do mandato, direito à indenização, efetivação ou estabilidade nos quadros da Administração Pública Municipal."(NR)

Art.3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Palácio Jaime Nejaim, 17 de agosto de 2023; 202º aniversário da Independência; 135º aniversário da República.

RODRIGO ANSELMO
PINHEIRO DOS
SANTOS:0395747244
0 Assinado de forma digital
por RODRIGO ANSELMO
PINHEIRO DOS
SANTOS:03957472440
Dados: 2023.08.17 12:15:57

RODRIGO PINHEIRO Prefeito

Caruaru